

PENTECOSTALISMOS, POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA

Pentecostalism and the public sphere

Drance Elias Da Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-6821-6997>

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Brasil
drance.silva@unicap.br

Recibido: 28/9/2022

Aceptado: 25/1/2023

RESUMO

Religião, uma dimensão humana e social, não deve ser compreendida como algo voltado somente para os indivíduos, porquanto envolve todo o grupo de referência. Realidade atuante, ela dissemina por toda a sociedade seus temas e práticas sociais que marcam um jeito de negociar a difícil relação entre o eu/nós e o outro/eles em contextos que exigem posicionamento. Embora as práticas religiosas se apresentem de forma ambivalente, não há uma negação de que demonstram um potencial de virtude, pelo contrário, há um reconhecimento como algo positivo construído. Esse “potencial de virtude” dá-se, portanto, mediante análise do espaço público que permite identificar experiências significativas que integram a realidade social. O presente artigo busca focar questões em torno da

* Pós-doutorado pela Escola Superior de Teologia - RS (Faculdades EST), Doutorado (2006) e Mestrado (2000) em Sociologia (UFPE). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa "Religiões, Identidades e Diálogos" e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião e do Bacharelado em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco, Brasil.

relação religião e esfera pública, destacando seu papel social, política e cidadania. Os alicerces de qualquer comunidade são as relações de reciprocidade. É por essa perspectiva epistemológica que passamos a entender e definir comunidade pelas relações de solidariedade dos grupos humanos que partilham a mesma identidade, como nações, famílias, igreja, podendo assim, serem chamados legitimamente de “comunidade”, uma vez que são regidos por relações de alianças cimentadas pelo dar/receber/retribuir.

PALAVRAS-CHAVES: Religião; Papel social; Cidadania; Pentecostalismo; Esfera Pública.

ABSTRACT

Religion, a human and social dimension, should not be understood as something directed only to individuals, since it involves the entire reference group. An active reality, it spreads throughout society its themes and social practices that mark a way of negotiating the difficult relationship between the "I/we" and the "other/they" in contexts that demand positioning. Although religious practices are presented in an ambivalent way, there is no denial that they demonstrate a potential for virtue; on the contrary, there is a recognition as something positive that is constructed. This "potential of virtue" occurs, therefore, through an analysis of the public space that allows us to identify significant experiences that integrate social reality. This paper seeks to focus on issues surrounding the relationship between religion and the public sphere, highlighting its social role, politics, and citizenship. The foundations of any community are the relations of reciprocity. It is through this epistemological perspective that we come to understand and define community by the solidarity relations of human groups that share the same identity, such as nations, families, church, and can thus be legitimately called "community", since they are governed by relations of alliances cemented by giving/receiving/returning.

KEYWORDS: Religion; Social Role; Citizenship; Pentecostalism; Public Sphere.

INTRODUÇÃO

Na relação entre religião e política hoje, algo nos chama atenção: a questão da “participação política” como um valor, perpassando, sem grandes problemas, o campo das religiões, pois o interesse pela política tem batido à porta também das necessidades do mundo religioso, o que, na verdade, tal interesse nunca esteve ausente das intenções religiosas, porém, os motivos de hoje se expressam bem diferentes. Mas, vale observar antes de tudo que, a separação entre Igreja e Estado foi durante muito tempo compreendida necessariamente como exclusão de todas as formas religiosas da esfera pública.

Para muitos cristãos hoje, a política não se reduz à manipulação dos indivíduos, não se limita a manifestações retóricas e abstratas sobre o interesse popular e nem se identifica com práticas de carreirismo profissional. A política que se acredita, valoriza a tomada de decisões diretamente pelas populações concernidas de modo transparente e participativo.

Assim, na perspectiva da reflexão que toma a relação fé religiosa e vida concreta, entende que a política é, acima de tudo, a capacidade de realização de alianças transparentes, feitas em função do bem coletivo e fundadas nos princípios da justiça social. Para que tais alianças não sejam manipuladas por interesses particulares e corporativistas, é imprescindível que as negociações entre indivíduos, entre grupos e entre instituições politicamente representativas se apoiem em reciprocidades mutuamente significativas.

A invenção do pacto social a partir desse sistema de interações imediatas constitui o mecanismo de defesa principal, de um lado, contra as tentativas de privatização do espaço público, de outro, a favor da generalização das solidariedades afirmativas. Importante é proporcionar ao excluído não apenas o direito a partilhar os frutos da

riqueza social, mas que lhe seja dada igualmente a oportunidade de retribuir o bem público recebido com iniciativas socialmente solidárias, mesmo que essas contrariem os interesses dominantes.

Para que a política apareça como democracia direta e participativa, é necessário assegurar ao excluído o direito à oportunidade de receber, mas também de retribuir, de participar, de inventar, de intervir, de criar bens sociais e forjar vínculos duradouros, recuperando o sentido da vivência comunitária e democrática. Nesse sentido, bem sabemos que, política e religião se discute. Política e religião se relaciona. Política e religião transforma.

SOBRE O PAPEL SOCIAL DA RELIGIÃO

A sociedade humana é uma grande obra de construção do mundo e, nesse empreendimento, a religião ocupa um lugar destacado. A religião desempenhou e desempenha uma parte estratégica no empreendimento humano da construção do mundo. A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo.

Daí a razão da Sociologia, desde as suas origens, compreender a Religião como estreitamente ligada à questão social. Isso ocorre porque a religião é um fenômeno sociocultural que tem sua raiz na experiência subjetiva de fé em algo que encanta e ou transcende a compreensão humana, na busca de sentido para a existência (nível pessoal); isso acarreta consequências no comportamento pessoal capaz de provocar um estilo de vida de repercussões sociais.

A experiência religiosa é, portanto, fruto de dois componentes profundamente interligados: a experiência pessoal de fé e a expressão pública dessa experiência. Desse modo, a religião se expressa em estreita inter-relação com seu meio ambiente social concreto onde está situada. Isso significa que toda religião é tributária do seu contexto e exerce sobre ele algum tipo de influência. Nenhuma religião é um compartimento estanque, mas parte integrante e ativa

da vida coletiva. É no interior das estruturas sociais que qualquer religião tem de operar, e de fato opera. Desse modo, não há como a religião eximir-se de sua responsabilidade social (Freitas, 2007)

Segundo Max Weber, no capítulo Sociologia da Religião: tipos de relações comunitárias religiosas, na conhecida obra *Economia e Sociedade*, afirma que “a ação religiosa em sua existência primordial, está orientada para este mundo. As ações religiosas exigidas devem ser realizadas para que ‘vós muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da Terra” (Weber, 1999: 279). Percebe-se, então, que a finalidade da ação religiosa consiste, em primeiro lugar, garantir o mínimo de condições para que a vida do grupo social possa existir.

Sem dúvida, não se pode negar que a religião tem um forte potencial transformador ou conservador em relação com o *status quo* da sociedade. Contudo, nem sempre a religião assume conscientemente seu poder de transformar a realidade.

O caminho para que a religião assuma seu potencial transformador consiste em pôr em prática no aqui e agora da história, em meio aos desafios do tempo presente, seus sonhos de uma terra sem males, onde habitará a justiça. É nessa linha que o Pe. Libânio afirma:

A experiência religiosa é, na sua radicalidade, um protesto contra o sentido ameaçador do real, do que está-aí, do estabelecido, afirmando a existência de um Sentido, antecipado na esperança, já que não se percebe no presente. Nessa linha de reflexão, Karl Max intui corretamente, ainda que tire consequências equivocadas, ao afirmar que a religião é ‘o suspiro da criatura oprimida’, é o levantar o pescoço do afogado, o erguer os olhos do sufocado, negando encarar a água ou a fumaça envolvente, como uma situação definitiva e inexorável. (Libânio, 1990: 35-36).

Assim, a religião é potencialmente capaz de projetar – isto é, lançar para fora – do coração humano uma realidade de sentido, uma pátria da identidade, um reino de fraternidade e paz, que contradiz a evidência de uma sociedade caótica, alienada, sem irmãos e sem guerra. A religião é a paixão, é amor pelo ideal em confronto com o real, é a

força estruturante significativa dos dados e fatos, construída pela matriz valorativa da consciência.

RELIGIÃO E CIDADANIA

A Teologia da Libertação nos anos 80, aprofundava a relação religião e política pelo caminho formativo e buscava integralizar por esse prisma a relação fé e vida. A bandeira da cidadania no Brasil minava cada vez mais o campo religioso cristão, pois fé e vida caminhavam para expressar mais compromisso efetivo com a vida. Apesar da atitude de resignação muito criticada por sua presença na religião, o campo religioso brasileiro na sua história não se manteve inerte em relação a essa busca por direitos fundamentais. Por exemplo, segundo Paula Montero (2012: 170),

[...] é preciso reconhecer que a Igreja Católica no Brasil – ainda a mais influente instituição religiosa do país – sempre atuou, material e simbolicamente, na formulação de uma ideia de direitos (individuais, coletivos e culturais) e foi ator importante na construção de um modelo de sociedade civil pelo menos em três grandes momentos: do início da República até os anos 1970 lutou contra as forças positivistas e anticlericais pela definição dos atos civis e da liberdade religiosa; nas décadas de 1970 e 1980 colaborou na construção da ideia de direitos sociais; nas décadas seguintes alinhou-se às lutas pelos direitos étnicos. Em linhas gerais pode-se afirmar, portanto, que da República até o fim do período ditatorial a Igreja Católica foi parte integrante dos processos de legitimação das demandas de proteção aos direitos individuais, tendo atuado como força motriz importante na concepção e estabilização política dos direitos de liberdade de consciência.

E, ao que, também, a autora ainda observa:

O protestantismo pentecostal nos parece ser hoje o único grande movimento religioso que, pelo seu rápido crescimento e progressiva conquista de meios de produção de visibilidade tais como canais de rádio e televisão, desafia essa hegemonia. Mas ele ainda não foi capaz de encontrar os meios para legitimar e produzir um discurso público aceitável, já que a associação entre fé, risco e dinheiro que promove e o exorcismo pouco tolerante dos exus que realiza em seus rituais, ainda não são formas religiosas bem aceitas pelas camadas cultas e pelas

outras religiões, tendo levado, muitas vezes, a acusações de corrupção e intolerância religiosa (Idem p. 172),

No Brasil de hoje se expressa com mais vigor a importância do fator religião na construção de uma cidadania concreta. A função social da religião não se ancora mais na ideia de ser ópio como talvez ainda assim se pense. Por exemplo, ela incrementa a oportunidade de um morador da comunidade participar de alguma associação. E isso fortalece laços de solidariedade que se expressam pela centralidade das igrejas e cultos como referências no desenvolvimento da capacidade de inclusão social. Nessa perspectiva se percebe certa abertura das religiões, sobretudo cristãs, em aceitar parcerias com o Estado através de políticas sociais destinadas à valorização do humano, principalmente em lugares em que sua fraca presença é profundamente sentida.

O Estado tem demonstrado abertura para o relacionamento com as instituições religiosas. Por exemplo, por meio da participação destas em projetos e programas sociais nos quais o Estado expressa a importância do engajamento dessas instituições com suas lideranças na condução deles. Isso encoraja os crentes em suas comunidades a se manifestarem também, de forma política, porque hoje há uma significativa leitura de compreensão acerca da importância das políticas públicas.

E o que faz uma determinada confissão religiosa se unir na participação em políticas públicas é sua percepção acerca da dura realidade de vida das pessoas a quem de fato se destinam as atividades e, também, a sua percepção acerca da razão de ser do próprio Estado, que é assegurar a realização do bem comum. E o que seria este senão, um conjunto de condições que permitam a todos os membros de uma comunidade, atingir um nível de vida à altura da dignidade da pessoa humana. Essas condições são de ordem moral, intelectual e constitucional.

Historicamente essas condições chegaram mais através das conquistas desencadeadas pela sociedade civil, do que simplesmente por ser garantias constitucionais. Assim, voltar-se para o outro, as religiões bem sabem, é condição primordial de fazer fluir a dinâmica

cidadã, é condição fundamental da reciprocidade social, é base para um fazer político numa perspectiva pública e democratizante.

As religiões percebem bem tudo isso como valor e têm demonstrado abertura à participação. As religiões sabem mais hoje do que ontem da importância do cultivo da democracia. Mas, a conquista da cidadania, claro, não se verifica e nem se reduz a essa via de relacionamento, no caso entre religião e Estado. Pode-se avaliar a eficiência dessa relação, até porque o interesse da cidadania levado a cabo pelas religiões não pode ser medida tão-somente pela abertura destas a projetos ou programas advindos do âmbito estatal, mas, sobretudo, por seu avanço de mudança de mentalidade através da qual se pode verificar mudança real na forma da consciência religiosa.

A contribuição das religiões, verificada na prática, acerca do processo de exercício da cidadania, chega a atuar em lugares fortalecendo a perspectiva do reconhecimento dos sujeitos, e que o Estado ainda vê bastante dificuldade em estar. É só fazermos a pergunta: como avaliamos a presença do Estado nas favelas do Brasil? Em muitos casos para o usufruto da condição cidadã nesses lugares, decorrentes das políticas públicas formuladas pelo Estado, os braços das religiões, das igrejas se constituem (embora não somente) em mediação imprescindível¹.

Face o exposto, o meio religioso pode ser questionado como possibilidade de conquista da cidadania, por ser muitas vezes avaliado sobre o prisma do interesse pelas coisas internas referentes ao especificamente religioso, como por exemplo, mudança de denominação e conversão religiosa.

Por outro lado, o fator religião pode estar acelerando essa conquista na medida em que há uma identificação das religiões com as grandes demandas que se colocam para além de suas necessidades

¹ O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal destinou 500 milhões de reais em investimento de melhoria das condições de vida nas favelas do Rio de Janeiro. Inclusive o próprio presidente à época fez questão de anunciar tal empreendimento in loco. E perguntamos: como isso pôde acontecer de fato, sem a participação real das mais diversas formas de organização da sociedade civil e que, dentre estas, estão as organizações religiosas também em atuação nesses lugares nos quais a ausência do Estado é bastante sentida?

específicas, e que dizem respeito àquelas mais coletivas e abrangentes aos espaços de pertencimento. Poderíamos citar a questão da “participação política” como um valor abrangente e que, agora, perpassa, por exemplo, o campo do evangelismo sem grandes problemas, pois o interesse pela política tem batido à porta também das necessidades do mundo religioso (na verdade tal interesse nunca esteve ausente das intenções religiosas, mas os motivos de hoje se expressam diferentes). “Desse modo, é possível afirmar que alguns segmentos profissionais do campo protestante (ao lado dos católicos) ampliaram sua participação no debate público ajustando sua visão ética a uma linguagem mais secularizada e, assim, passaram a ter um novo e significativo papel na formação da cidadania brasileira, na condução da atividade parlamentar e na produção de novas leis” (Montero, 2012: 173).

Disso tudo até aqui refletido, concluímos que, a cidadania é uma construção permanente que se dá através de nossa ação em combate, também permanente, contra qualquer tipo de ação e atitude que negue a vida, o direito, a liberdade bem como tudo aquilo que já foi conquistado com muita luta e sacrifício. Para isso, é preciso, então, ter bem claro, no nível da consciência, o direito e o dever de ser cidadão. E mais que isso. Exercer tudo isso participando ativamente de diversas formas de organização da sociedade – e a religião é uma dessas formas de organização da sociedade e que a esta se abre e se oferece – mas sempre numa perspectiva libertária, que sempre foi a perspectiva histórica do processo de construção do que hoje denominamos por cidadania.

RELIGIÃO, POLITICA, CIDADANIA E ESFERA PUBLICA

Começo esse tópico fazendo alusão ao pensamento de um autor bastante conhecido no campo das Ciências Sociais e, a ele, recorro destacando uma de suas ideias que me parece ser razão a de uma oração:

A função da religião é de fazer agir-nos, de auxiliar-nos a viver. O fiel que se comunicou com seu deus não é apenas um homem que vê novas verdades que o descrente ignora; ele é um homem que pode mais. Ele sente em si mais força, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las. Ele está como que elevado acima das

misérias humanas porque está elevado acima de sua condição de homem. Acredita salvo do mal sob qualquer forma. O primeiro artigo de toda fé é a crença na salvação pela fé (Durkheim, 1996: 416).

Na relação entre religião e política hoje, tem nos chamado atenção a questão da “participação política”. Sabemos de antemão, podem os motivos de hoje se expressarem bem diferentes. Mas, vale observar antes de tudo que, a separação entre Igreja e Estado foi durante muito tempo compreendido necessariamente como exclusão de todas as formas religiosas da esfera pública:

É a ideia de identificar a política com o estado e o estado com o público que tem levado à ideia equivocada de que a separação entre Igreja e Estado significa a relegação absoluta da religião ao privado. Não acho que esta concepção possa ser defendida. Na medida em que atuem nos limites constitucionais, não há qualquer razão pela qual os grupos religiosos não deveriam poder intervir na arena política para pronunciarem-se em favor de ou contra certas causas. Certamente, muitas lutas democráticas têm sido informadas por motivos religiosos. E a luta pela justiça social tem com frequência sido fortalecida pela participação de grupos religiosos (Mouffe, 2006: 25-26).

Para muitos cristãos hoje, a política não se reduz à manipulação dos indivíduos, não se limita a manifestações retóricas e abstratas sobre o interesse popular e nem se identifica com práticas de carreirismo profissional. A política que se acredita, valoriza a tomada de decisões diretamente pelas populações concernidas de modo transparente e participativo. Assim, na perspectiva da reflexão que toma a relação religião, política e esfera pública, entende que a política é, acima de tudo, a capacidade de realização de alianças transparentes, feitas em função do bem coletivo e fundadas nos princípios da justiça social.

Para que tais alianças não sejam manipuladas por interesses particulares e corporativistas, é imprescindível que as negociações entre indivíduos, entre grupos e entre instituições politicamente representativas se apoiem em reciprocidades mutuamente significativas. Daí que, “A esfera pública não pode ser pensada, portanto, como um espaço vazio. Em nossa maneira de ver, ela deve ser tratada como um fluxo de interações discursivas que carregam as

incertezas, as aspirações, os medos e as esperanças de falantes e ouvintes” (Montero, 2012: 176).

A invenção do pacto social a partir desse sistema de interações imediatas constitui o mecanismo de defesa principal, de um lado, contra as tentativas de privatização do espaço público, de outro, a favor da generalização das solidariedades afirmativas. Importante é proporcionar ao excluído não apenas o direito a partilhar os frutos da riqueza social, mas que lhe seja dada igualmente a oportunidade de retribuir o bem público recebido com iniciativas socialmente solidárias, mesmo que essas contrariem os interesses dominantes.

Para que a política apareça como democracia direta e participativa, é necessário assegurar ao excluído o direito à oportunidade de receber, mas também de retribuir, de participar, de inventar, de intervir, de criar bens sociais e forjar vínculos duradouros, recuperando o sentido da vivência comunitária e democrática. Mais uma vez vale destacar o que disse Chantal Mouffe (2006: 25-26), “não há qualquer razão pela qual os grupos religiosos não deveriam poder intervir na arena política para pronunciarem-se em favor de ou contra certas causas”, afinal, o que se deseja preservar como valor maior senão, o direito e o exercício da cidadania; e esta, sabemos, consiste fundamentalmente na consciência de direitos democráticos, na prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas.

PENTECOSTALISMOS E ESFERA PÚBLICA

Antes de tudo, partilho da noção de Esfera Pública de Paula Montero (2012: 177) que, por sua vez, tem como referência e aproximação, o conceito de Habermas. Diz ela que, o referido autor trata sua compreensão de Esfera Pública, como um conjunto de ‘configurações de visibilidade’ constituídas por meio de controvérsias públicas. No paradigma habermasiano isso significa que as ‘controvérsias’ se tornam o equivalente funcional da visibilidade e esta é um fator preponderante da produção de legitimidade social. Desse modo, se a legitimidade não é pensada como uma qualidade dos sujeitos, mas como a resultante de um processo discursivo, o

mapeamento das controvérsias se torna um instrumento útil para a compreensão dessa dinâmica.

E, para não continuar falando de modo genérico, faço a opção por tomar como foco reflexivo dessa relação entre Religiões e Política, o pentecostalismo religioso brasileiro e, mais especificamente, as expressões denominadas de neopentecostais. Adianto ainda que também opto por uma linha de abordagem mais positiva, sobretudo porque tomo como referência falar a partir da ótica dos fiéis, porém, não menos crítico quando necessário. Como disse Patrícia Birman (2001: 63): “Em vez de devotos de santos locais, de mães-de-santo humildes, de Folias de Reis e Festas do Divino, irrompe nos espaços públicos uma modalidade de participação religiosa que remete os pastores da Igreja à política e a seus poderes, aos negócios, ao dinheiro, à mídia e ao sucesso”. Posto isso, começo afirmando que a política vem sendo ressignificada pelo discurso evangélico pentecostal. Para os neopentecostais, por exemplo, religião e política não são mais realidades do mal, embora não estando no mesmo patamar em termos de interesse por parte do discurso evangélico em ressignificá-los, ambos, gozam de uma melhor posição hoje do que antes da década de oitenta.

A ressignificação da política no sentido de incentivar positivamente o fiel para o exercício da cidadania para além do compromisso com o espaço de pertencimento religioso, hoje, está muito visível. E, “visibilidade” tem sido estratégico para as diversas expressões de pentecostalismos brasileiros. Em se tratando de sua abertura a uma participação eleitoral, por exemplo, em que candidatos pastores se apresentem na disputa e os fiéis respondam positivamente a essa relação, tem sido um sinal de significativa mudança em termos de valor para com um âmbito em que, até o início da década de oitenta, não era expressivamente problematizado com interesse pela hierarquia eclesial dessas igrejas. Se bem que, por essa época, o interesse maior que estava perpassando sistematicamente os cultos no dia a dia, não era um novo significado que deveria ter a política e sim, um novo significado que deveria ter a relação fé-dinheiro-igreja, haja vista a grande adesão dos pobres aos três eixos fundamentais do discurso religioso evangélico: cura divina, exorcismo e prosperidade.

A política foi se impondo em meio a esse processo como fator de importância, na medida em que a instituição religiosa lentamente avaliava que seu crescimento não poderia prescindir de sua representação em instâncias de significativa participação política, como àquelas que só por meio de eleição se é capaz de chegar. O reconhecimento dos neopentecostais na participação política por meio da eleição não custaria muito a chegar, como observa Campos, (2006: 51):

A chegada desses novos pentecostais ao campo político foi precedida tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais de os evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam ‘suja’ a atividade política, denunciavam os ‘candidatos de porta de templo’, que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. (...) Por isso, a IURD percebeu o potencial desse eleitorado que se mostrava cansado de ‘políticos profissionais’.

Sabemos o quanto a noção de política levada a cabo por evangélicos neopentecostais foi, durante muito tempo, construída sob a força representacional do demônio. A atividade política foi durante muito tempo considerada atividade “suja” porque também era atividade do demônio.

Na década de noventa o Bispo Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, apontava que a possessão demoníaca, além de estar ligada à questão do pecado, se revelava nas doenças, o que ainda se tem verificado como uma constante na vida cotidiana de muitos fiéis que chegam à igreja. À época o bispo apresentava uma relação que continha sinais de possessão, os quais, segundo ele, eram sintomas, há muito, identificados: 1. nervosismo, 2. dor de cabeça constante, 3. insônia, 4. medo, 5. desmaio ou ataque, 6. desejo de suicídio, 7. doenças cujas causas os médicos não descobrem, 8. visões de vultos ou audição de vozes, 9. vícios e 10. depressão.

Seria, portanto, por intermédio do exorcismo, que toda essa situação teria que ser transformada, imprimindo uma saída por

completo de quem vinha causando tantos atos de danação sobre o corpo, sobre a vida. Por essa razão, normalmente os pastores ainda insistem em afirmar, em suas pregações, que os médicos não conseguem entender o mal de que se sofre, pois este é de origem espiritual.

Na existência das coisas, o diabo, conforme o discurso oficial da instituição manifesta sua alma, por isso tranca a vida, ou “tranca a rua”. É preciso, então, destronar o “capeta” do poder que lhe é inerente. Dessa forma, política, não estaria de fora desse discurso e como realmente não esteve, basta lembrar a campanha presidencial de 1989: o “entusiasmo pela candidatura Collor não era apenas da IURD; todos os pentecostais, conforme registraram Mariano e Pierucci, encaravam Lula como a presença do próprio demônio, e Collor, o enviado de Deus para lutar contra a corrupção” (Cf. Campos, 2006: 66).

Mas, isso ficou como coisa do passado. Será que ficou mesmo?

O processo de ressignificação das coisas no espaço neopentecostal consolida sempre mais o jeito de pensar dessa expressão religiosa. O universo religioso evangélico brasileiro, classificado nessa tipologia, fortalece a institucionalidade dessa experiência e congrega mais do que divide. Essa institucionalidade como algo de interesse dessas religiões passa, primeiro, pelo fortalecimento das teias linguísticas simbólicas, que precisam ser refeitas para uma melhor relação do fiel com o mundo, com a igreja, com Deus e com ele mesmo.

Dinheiro, Deus, mundo, igreja, política, a noção do bem e do mal que na experiência religiosa, sobretudo cristã, ao se constituírem em ícones significativos de poder, não se constituíram sempre símbolos positivos na vida interior das pessoas. O foco hoje colocado nesses exemplos simbólicos se deve a todo um processo de desgaste sofrido pelos mesmos em decorrência de uma práxis religiosa centralizadora, autoritária e violenta com Deus, o mundo e as pessoas.

Esse processo de ressignificação parece muito estratégico, em face de uma conjuntura de sociedade que nós estamos vivendo, e de campo religioso em permanente confronto, por conta de toda uma perspectiva de expansão, de crescimento, de desenvolvimento institucional. Da participação política-eleitoral na escolha de

candidaturas que agrega a comunidade evangélica de uma determinada localidade à participação em marchas, campanha pela paz e contra a fome, a visibilidade dos evangélicos pentecostais e neopentecostais sinaliza uma conquista no espaço público-político². Mesmo que essa novidade esteja sob o controle dos pastores por meio do discurso e da forma de organização, demarca uma posição frente à realidade não muito comum se levarmos em conta que, no dia a dia do pertencimento religioso, os fiéis focam sua preocupação mesmo na busca por resolução de coisas imediatas, como exorcizar o demônio que impede a vida de prosperar.

A cidadania evangélica neopentecostal se sabe, é a luta por prosperidade. Esse é o lastro por sobre o qual se estende a bandeira de muitas denominações que, para fugirem do determinismo de uma imagem de um Deus inerte, o ressignificam para compor o novo tempo: o tempo da representação de um deus que exige “mobilidade” do fiel a fim de desfrutar dos propósitos divinos que se encontram ao seu alcance, desde que se sacrifiquem.

² A título de informação, o TSE chegou a divulgar em 2018, já final do dia 17 de agosto, ao menos 521 candidatos nas eleições, que utilizaram títulos religiosos no nome de suas candidaturas. Em 2014, foram 489 pedidos de candidatura, de acordo com o levantamento. O principal título religioso utilizado nos pedidos de registro naquele ano foi o de “pastor” ou “pastora”, em 313 casos, seguido por “irmã” ou “irmão” (97) e “missionário” ou “missionária” (40). Mas, temos outros títulos ainda, como: padre – bispo\bispa – frei - apóstolo – ministro – presbítero – reverendo – pai\mãe de santo. (cf. Levantamento feito pelo portal G1 em 20 de agosto de 2018. Por Lucas Gelape e Rafaela Putini. Os dados foram fornecidos ainda incompletos pelo TSE). Em 2020 se verificou 8,7 mil candidatos que apresentaram títulos religiosos como nomes na urna. Nomes que, na maioria das vezes, utilizados para fazer campanha e conquistar votos. Entre os títulos, mais utilizado foi o de pastor/pastora, com mais de 51 % dos casos (4.426), seguido por irmão/irmã, com 41% (3.561). “As instituições e seus membros, como é o caso das instituições religiosas, procuram meios de influenciar políticas públicas, leis, decisões de governo. Eles têm urna visão de mundo e querem refletir isso nas políticas. Desde os anos 2000, temos visto um aumento da participação de candidatos vinculados a grupos religiosos ou a igrejas” (Cf. portal G1 em 01 de outubro de 2020). Agora em 2022, o percentual de candidaturas religiosas subiu, em comparação a 2018, subiu 29,01%, chegando a 590 postulantes. Mais informações, confere em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/numero-de-candidaturas-religiosas-sobe-29-em-2022/> .

CRISE DE CONFIANÇA EM COMUNIDADE DE SENTIDO

O negacionismo religioso seja ele cristão ou não, do tipo vivido nesses anos de pandemia de Covid-19, passou a expressar impossibilidade de alguém manter-se em laços de confiança. O sentido da existência em contexto como esse seria de encontrar colaboração para resistir e superar a dor que aflige. Mas, a negação foi se constituindo em um possante corte de sentido de comunidade e sua coesão social. Isso atingiu o âmbito das vivências religiosas enfraquecendo-as porque nelas não há outro sentido senão manter-se sob a força de laços em prol da vida.

Numa perspectiva religiosa libertária, na experiência da pessoa que crer, toda a realidade pessoal, comunitária, social e cósmica é perpassada pela presença divina, assim como inserida em um contexto de projeto histórico libertador. A adesão a um Deus de libertação, que inspira uma mística de abertura ao “outro”, não fica restrita ao pertencimento no espaço do religioso. A busca pela justiça de Deus está posta sob a inspiração de exprimir o desejo: a transformação do mundo. Os ideais sociais modernos, por exemplo, a liberdade, a participação, a fraternidade, a solidariedade, o respeito à diferença, à dignidade das pessoas, o cuidado com o outro... estão colocados como pressupostos da mensagem cristã.

Na concepção da uma espiritualidade libertária, um Deus de amor age e fala na coragem dos que são capazes de questionar e se opor à situação de morte de milhões de pessoas, no anúncio dos que proclamam a esperança e nas propostas alternativas dos que se preocupam com a vida e a natureza. O amor não desconhece o conflito da história humana e assim deve ser vivido, propondo uma superação pelo afrontamento real, aceitando, na luta, o desafio e o julgamento da história.

A atitude religiosa negacionista fundamentalista e de desamor, carece, profundamente, do viver sob a dinâmica da reciprocidade, pois, esta simboliza não a manipulação dos indivíduos, mas, a possibilidade concreta e originária de escapar de relações de tipo individualista, que só faz aprofundar a falta da confiança e dos laços de amizade.

No início desse tempo pandêmico, grupos de pessoas como a família, se deparou com a pressão das exigências econômicas advindas das necessidades criadas por uma sociedade que reduz, a relação de troca ao estritamente econômico. Uma comunidade que se pensa formada na base de regras e regulamentos, tem grandes dificuldades de encontrar motivos para acreditarem uns nos outros; sob a base dos interesses econômicos mesquinhos, não parecem unidas pela confiança.

Diversas expressões religiosas no Brasil, através de grupos ou movimentos, nesse contexto de pandemia de Covid-19, proclamaram pela via do negacionismo, certa proibição de acesso real a superação da dor, da doença. Por essa atitude eles se deixaram corroer já de antemão, pela própria descrença que os fundamentam porque passaram a ignorar as conquistas do mundo moderno: a negação da vacina foi, nessa experiência, a corrosão para a descrença assim como uma saída à extrema direita.

A tão propalada hidroxicloroquina, talvez tenha sido o preço barato do negacionismo. Comprar a referida droga não se alcançaria a cura e nenhuma felicidade. O negacionismo do tipo que se apresentou nesse contexto, tenha sido ele religioso, político ou médico científico, do ponto de vista de sua incidência na esfera pública, integrou o projeto estético do fascismo na forma atual, e isolou o desesperado distanciando-o da real felicidade face a situação pandêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Religião, política e cidadania expressam, na prática, uma construção permanente que se dá através de nossa ação em combate, também permanente, contra qualquer tipo de ação e atitude que negue a vida, o direito, a liberdade bem como tudo aquilo que já foi conquistado com muita luta e sacrifício. Para isso, é preciso, então, ter bem claro, no nível da consciência, o direito e o dever de ser cidadão.

E mais que isso. Exercer tudo isso participando ativamente de diversas formas de organização da sociedade – e a religião, como refletimos até aqui, se expressa como uma dessas e que a ela se abre e se oferece.

O cristianismo, desde suas primeiras comunidades, apontava não apenas para a transformação do coração das pessoas, mas, e, sobretudo, para o agir. Ação e reflexão transformam concretamente os sujeitos, tornando-os ativamente solidários. O pressuposto da mensagem cristã sempre foi de fato, atingir o coração humano, buscando libertar o seu pensamento e agindo concretamente em prol de uma vida boa.

A relação entre religião, política e espaço público é uma relação sim de interesse, mas no seu fazer através da participação social, desde um simples grupo de reflexão, o desafio que está posto é o abrir-se sobre a diversidade de razões para se produzir vínculos e solidariedade concreta.

REFERÊNCIAS

- Birman, Patrícia (2001) Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: Sanchis, Pierre (Org.). *Fiéis & Cidadãos. Percurso de Sincretismo no Brasil (pp.59-86)*. Rio de Janeiro: EduERJ.
- Campos, Leonildo Silveira (2006). De políticos de Cristo. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: Burity, Joanildo A.; Machado, Maria das Dores C. *Os votos de Deus. Evangélicos, política e eleições no Brasil (pp. 29-89)* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.
- Durkheim, E. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freitas, Maria Carmelita de; et.al. (2007). Apresentação. In: SOTER – Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (ORG). *Religião e transformação social no Brasil hoje (p.5)* São Paulo: Paulinas.
- Libânio, João Batista (1990) *Deus e os homens: os seus caminhos*. Petrópolis: Vozes.

- Montero, Paula (2012). Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Revista Religião e Sociedade*. 32(1): 167-183.
- Mouffe, Chantal. (2006). Religião, democracia liberal e cidadania. In: Burity, Joanildo A.; Machado, Maria das Dores C. *Os votos de Deus. Evangélicos, política e eleições no Brasil (pp. 17-28)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.
- Weber, Max. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial.